

tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, é um dos símbolos da nação. A instauração do ensino da geografia na França no fim do século XIX não teve portanto como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender racionalmente e estrategicamente a especialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar "fisicamente" os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre; paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria.

A função do discurso geográfico tem uma tal importância que durante décadas ele impregnou o essencial das leituras de milhões de pequenos franceses: é o famoso *Tour de France de deux enfants* (Volta da França por duas crianças), livro de leitura corrente da escola primária, que detém de longe, logo após o catecismo, o recorde de edições: oito milhões de exemplares, desde 1877.

A geografia dos professores, tal como ela se manifesta nos manuais antes dos anos vinte, oculta já, com certeza, os problemas políticos internos da nação, mas ela não dissimula jamais os sentimentos patrióticos que são, muito freqüentemente, do mais belo chauvinismo. Em livros do ensino primário, recenseava-se, então, o número de couraçados e o efetivo das forças armadas das grandes potências.

A COLOCAÇÃO DE UM PODEROSO CONCEITO-OBSTÁCULO: A REGIÃO-PERSONAGEM

Não faltará quem venha objetar que essa geografia de farda desapareceu há cinqüenta anos - o que é verdade - e que desde então as lições de geografia, ao menos nas classes mais avançadas do secundário não são mais essa enumeração relevo - clima - vegetação população, mas um estudo das diferentes "regiões". Não deixarão sobretudo de afirmar que é inadmissível fazer o processo da geografia só levando em consideração suas formas mais elementares ou caricaturais, metamorfoses que afetariam toda a "disciplina científica" quando ela é ensinada na escola ou no liceu. Claro, as melhores produções universitárias são apresentadas como "modelos" aos estudantes que se tornarão professores. Mas, uma vez no ensino, que poderão eles fazer, quaisquer que sejam sua consciência e sua inteligência (profissional e política)?

E, aliás, seria verdade que aí existe, quanto às funções sociais, uma diferença assim tão fundamental, como dizem os geógrafos universitários, entre a geografia das "grandes teses", que fizeram o prestígio da "escola geográfica francesa", e essa geografia dos liceus, cujos alunos hoje em dia não querem mais ouvir nela falar?

Uma e outra (com a diferença da geografia de farda que não dissimulava suas preocupações de política externa) se caracterizam pela ocultação de todo problema político. Elas são um saber pelo saber, procedem, ambas, da obra de Vidal de La Blache (1845-1918), que é considerado unanimemente como o "pai" dessa "Escola geográfica francesa" que foi reputada no mundo inteiro, onde ela exerceu uma grande influência, tanto por sua orientação em direção à "geografia regional" como

pela *despolitização* do discurso que ela impunha. Seu papel ideológico foi considerável.

Antes de falar logo adiante do papel de Vidal de La Blache, é preciso sublinhar que na verdade a corporação dos geógrafos universitários só reteve um aspecto do seu pensamento, o *Quadro da geografia da França*, e que ela esqueceu, sistematicamente, o outro grande livro de Vidal, *A França de leste* (1916) porque ali ele dá uma enorme importância aos fenômenos políticos. Trata-se, com efeito, de um livro de geopolítica.

Nessas páginas bastante críticas a respeito do pensamento "vidaliano" só se trata do primeiro aspecto da obra de Vidal de La Blache, aquele que a corporação privilegiou: o outro Vidal, que ela ignora completamente, só será lembrado ulteriormente, pois só recentemente ele foi redescoberto.

Com seu *Quadro da geografia da França* (1905), modelo tantas vezes retomado por tantas teses, cursos e manuais ou com os quinze tomos da *Geografia universal* (A. Colin) cuja concepção ele influenciou, Vidal de La Blache introduziu a idéia das descrições regionais aprofundadas, que são consideradas a forma, a mais fina, do pensamento geográfico. Ele mostra como as paisagens de uma "região" são o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Mas em suas descrições, Vidal dá maior destaque para as permanências, a tudo aquilo que é herança duradoura dos fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas. Em contrapartida, ele banuiu, em suas descrições, tudo que decorre da evolução econômica e social recente, de fato, tudo o que tinha menos de um século e traduzia os efeitos da "revolução industrial". Claro, Vidal de La Blache combateu a tese "determinista", segundo a qual os "dados naturais" (ou um deles) exercem uma influência direta e determinante sobre os "fatos humanos" e ele dá um papel capital à história para avaliar as diversas maneiras pelas quais os homens estão em relação com os "fatos físicos".

Vidal de La Blache instala (com que estilo!) sua concepção do "homem-habitante" e essa expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção. Além do mais, o "homem vidaliano" não habita as cidades, ele mora sobretudo no campo, ele é sobretudo o habitante de paisagens que seus ancestrais longínquos modelaram e organizaram.

Hoje, os geógrafos têm um consenso de que Vidal falou muito pouco das cidades, só o tendo feito para evocar sua fundação e as primeiras etapas do seu crescimento e que ele não prestou atenção a fenômenos tão espetaculares, tal como o descobrimento da indústria. Mas a maioria dos geógrafos de hoje acredita que nada impede de completar e de atualizar o *Quadro da geografia da França* que Vidal traçou nos primeiros anos do século. E todos celebram o modelo de análise que ele fez das diferentes regiões francesas: com que finura descreve ele a "personalidade", a "individualidade" da "Champagne", da "Lorena", da "Bretanha", do "Maciço Central", dos "Alpes", denominações que se nos tornaram tão familiares que temos a impressão de que essa divisão da paisagem sempre existiu. Ela é reutilizada, reproduzida por todas as monografias, que tornaram mais precisas, complementaram as descrições do mestre e em todo o discurso escolar e universitário. Após Vidal, que levantou o plano de uma volumosa *Geografia Universal*, a descrição geográfica de qualquer país, que seus discípulos irão realizar, consistirá em apresentar as diferentes "regiões que o compõem" e a descrevê-las, umas após as outras. Esse método, que não provocou críticas, conheceu um sucesso considerável no mundo inteiro e fez o renome da escola geográfica francesa. A geografia regional é imposta como a "geografia por excelência": não associaria a ela, estreitamente, a um só tempo, a "geografia física"

e a "geografia humana"? Esse procedimento da geografia regional consiste em constatar como evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, umas após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, seu clima, sua vegetação, sua população, suas cidades, sua agricultura, sua indústria, etc., cada uma considerada como um conjunto contendo outras regiões menores. Esse procedimento impregna, hoje, todo o discurso sobre a sociedade, toda a reflexão econômica, social e política, quer ela proceda de uma ideologia "de direita" ou "de esquerda". É um dos obstáculos capitais que impedem de colocar os problemas da especialidade diferencial, pois admite-se, sem discussão, que só existe uma forma de dividir o espaço.

Será preciso muito tempo para aqueles geógrafos que desde alguns decênios se preocupam com os problemas econômicos, sociais e políticos, em particular sob a influência do marxismo, perceberem que esse procedimento vidaliano, tão admirado, reproduzido por um monte de gente que nunca ouviu sequer falar de Vidal de La Blache, é, de fato, um subterfúgio particularmente eficaz, pois ele impede de apreender eficazmente as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos. De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da "região".

Completar, atualizar o discurso de Vidal de La Blache, acrescentando-lhe parágrafos sobre a indústria, as cidades, os problemas agrícolas, não muda nada os axiomas escondidos de seu procedimento (talvez involuntário) da maneira pela qual ele dividiu a França em regiões. Se Vidal tivesse dito: "Vejam, seria cômodo, útil, levando-se em consideração esta ou aquela razão, distinguir, no bojo do território francês, tais ou tais subdivisões, subconjuntos, regiões ... a que eu dou este ou aquele nome...", teria sido possível, sem dúvida, discutir essa divisão e seus critérios; propor outras maneiras de dividir o território, isto é, outras formas de pensar o espaço. Mas não, Vidal tomou o cuidado de evitar essa reflexão metodológica e iniciou o jogo afirmando em substância: eis tais e tais regiões que se chamam Lorena, Bretanha, Champagne, etc.; elas existem como "individualidades", "personalidades", da mesma forma que a França existe. O papel do geógrafo seria o de talhar sua fisionomia e de mostrar que seus traços resultam de uma harmoniosa interação entre as condições naturais e heranças históricas muito antigas.

Ninguém se lembrou de dizer que as regiões que Vidal de La Blache gostava de personalizar não eram organismos ou mininações, mas um modo de ver as coisas, o fruto do talento daquele que pintava esse "quadro geográfico da França" (que é o tema I da *História da França*, de Ernest Lavisse).

Quem teria tido a idéia (sacrilégio) de representar a França de uma outra maneira, de dar uma configuração diferente a cada um dos membros que formam o corpo da pátria? A existência dessas regiões inventadas por Vidal de La Blache não era contestada, nem suas designações; de fato, as apelações que ele lhes deu são entidades políticas conhecidas há muito: Bretanha, Lorena, Champagne (embora suas fronteiras tenham sido móveis) ou correspondem a realidades visíveis na paisagem (os Alpes ...).

Criticar Vidal de La Blache por não ter exposto seu método pode parecer o efeito de um purismo um tanto quanto anacrônico, e o mecanismo dessa polêmica pode parecer bem restrito. Se atentarmos bem ele é, contudo, muito mais importante do que pode parecer.

De fato, sem a sombra de uma dúvida, e freqüentemente sem mesmo se explicar, Vidal traça os limites das diferentes regiões, cuja existência ele impõe, seja como uma parte de um dos traçados dos limites de antigas províncias, seja por tal limite climático, seja a linha que o geólogo traça sobre a carta para separar os afloramentos de terrenos muito diferentes. Um tal retalhamento convém, talvez, à

classificação dos elementos da "paisagem" que Vidal escolheu porque eles podem ser considerados como as heranças de fenômenos históricos (os mais) antigos, ou por sua evidente dependência, seja das condições geológicas, seja das condições climáticas. De fato, a descrição que Vidal faz da França, deixando crer que ele apreende "tudo" aquilo que é "importante", é o resultado de uma estrita, mas discreta, seleção dos fatos; ela deixa na penumbra o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos decorrentes de um passado recente. De outro lado, e isso é o mais grave, essa descrição impõe uma única forma de dividir o espaço e esta não convém, de forma alguma, ao exame das características espaciais de numerosos fenômenos urbanos, industriais, políticos, por exemplo, aqueles justamente que Vidal não quis levar em consideração. Para apreendê-los eficazmente, teria sido preciso uma outra divisão que levasse em conta as linhas de força econômicas e os grandes pólos urbanos que estruturam o espaço de um país como a França, desde a "revolução industrial". Mas o prestígio da divisão vidaliana fez com que "suas" regiões, que ele delimitou, tenham sido consideradas as únicas configurações espaciais possíveis e a expressão, por excelência, de uma pretensa "síntese" de todos os fatores geográficos. Mas essa síntese ignorava muitos fatores, e dos mais importantes. Os discípulos do mestre escreveram uma série de monografias, cada uma consagrada a uma das regiões ou sub-regiões que ele havia distinguido: estudou-se, por exemplo, o relevo da Champagne, a agricultura da Champagne, as indústrias, as cidades, etc.; sem se questionar se não teria sido mais esclarecedor abordar, por exemplo, os estabelecimentos industriais que se encontram nessa "região" e em outras, em função de um outro conjunto espacial, com considerações sobre suas relações financeiras. Há linhas que só têm significado geológico, ou que correspondem a demarcações políticas desde há muito inexistentes, que determinam a divisão do espaço e a individualização das diferentes "regiões" que se tomam em seguida, de maneira essencialmente monográfica.

Para a enorme maioria dos geógrafos, essa maneira tradicional de proceder não apresenta inconvenientes maiores. Em última instância, os contornos da região lhes importam pouco. O que vale para Vidal é analisar da maneira mais aprofundada possível o "conteúdo", as intenções que se processaram ao longo da história entre fatos físicos e fatos humanos num determinado espaço "dado" de uma vez por todas.

Fruto do pensamento vidaliano, a "região geográfica", considerada a representação espacial, senão única, ao menos fundamental, entidade resultante, pode-se dizer, da síntese harmoniosa e das heranças históricas, se tornou um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações.

Essa maneira de recortar *a priori* o espaço num certo número de "regiões", das quais só se deve constatar a existência, essa forma de ocultar todas as demais configurações espaciais, às vezes bastante usuais foram difundidas, com um enorme sucesso na opinião, através de manuais escolares e também pela literatura e pela mídia. Esse sucesso, bastando ver a importância dos argumentos geográficos utilizados nos movimentos "regionalistas", é talvez uma espécie de reação inconsciente que vai ao encontro da superposição das representações espaciais provocadas pelo desenvolvimento da especialidade diferencial: a região "vidaliana", imaginada como o fruto de uma sutil e lenta combinação das forças da Natureza e do Passado, apresentada como a expressão de uma *permanência*, de uma autenticidade é, sem dúvida, para a maioria das pessoas, um meio de "aí se encontrar" dentro da confusão de outras organizações espaciais, de maior ou menor envergadura.

Sempre acontece que o procedimento vidaliano, que nega, a nível do discurso, os problemas que colocam a especialidade diferencial, tem por efeito fazer derrapar inúmeras análises, pois elas não são conduzidas levando em consideração a representação espacial que seria adequada.

A consagração pelos geógrafos da região-personalidade, organismo coletivo ou mininação da região-personagem histórica, forneceu a garantia, a própria base, de todos os *geografismos* que proliferam no discurso político.

Por "geografismos" eu entendo as metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos. Exemplos de geografismos: "a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica, o Norte produz isto ou aquilo, Paris exerce tal ou tal influência, Lyon fabrica, etc.". Evidentemente esses geografismos designam os homens que vivem nessas cidades e nessas regiões. Mas esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios. E a razão pela qual esses geografismos são tão utilizados nos discursos patrióticos, quer se trate do Estado-nação ou da região, que alguns consideram como mininações ou como nações em potencial.

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etimologicamente, região vem de *regere*, isto é, dominar, reger), os geógrafos acreditam na idéia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a idéias de região: não falam eles das regiões calcáreas, de regiões gramíticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais.

AS INTERSEÇÕES DE MÚLTIPLOS CONJUNTOS ESPACIAIS

A crítica rigorosa que acaba de ser feita da noção "vidaliana" de *região* não teve somente a finalidade de chamar a atenção contra essas múltiplas mistificações políticas que são os geografismos, mas também a de denunciar um modo de pensar o espaço que se choca com o verdadeiro raciocínio geográfico e exclui sua importância estratégica. O discurso vidaliano, a propósito da região, se desenvolveu, aliás, a partir do momento em que os geógrafos, tornando-se universitários, afastaram de suas reflexões qualquer referência à ação e aos fenômenos políticos.

Se de fato sim, como o proclamam os professores de geografia, e após eles, a mídia, o espaço terrestre é constituído por grandes compartimentos, as regiões, cada uma delas possuindo o seu relevo próprio e seu próprio clima, sua geologia e sua economia particulares, se cada um desses compartimentos pode e deve ser

descrito monograficamente por si mesmo, sem referência fundamental com tudo aquilo que o circunda, então essa descrição geográfica dada, de uma vez por todas, nesses quadros intangíveis não pode servir para grande coisa, de tal forma ela é contrária às diversas configurações verdadeiras das realidades, em função das quais é preciso agir.

Basta folhear um Atlas ou um Manual consagrado a um mesmo continente, a um mesmo Estado o a uma porção qualquer do espaço terrestre, para se perceber que as configurações espaciais dos fenômenos geológicos, climáticos, demográficos, econômicos, culturais não coincidem uns com os outros, na maioria dos casos; ao contrário, elas formam uma série de *interseções* complexas.

Contrariando aquilo que proclama um certo número de clichês pedagógicos e jornalísticos, a extensão do Terceiro Mundo não coincide com a dos climas tropicais, o mundo muçulmano não corresponde à zona árida e semi-árida; a "região lionesa", por exemplo, uma das regiões mais evidentes para o geógrafo, se estende sobre parte de outras "regiões" que eles consideram também evidentes, o Maciço Central, os Alpes, a calha do Ródano. A Suíça oferece um dos exemplos de interseções dos mais complexos, uma vez que esse país está não somente "montado" sobre a cadeia dos Alpes, mas também porque sua compartimentação em diferentes "cantões" não corresponde às configurações dos conjuntos religiosos (protestantes, católicos) que têm, no entanto, grande importância nesse país.

Uma das razões de ser fundamentais da geografia é a de tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre. Os fenômenos que se podem isolar pelo pensamento, segundo as diferentes categorias científicas (geologia, climatologia, demografia, economia, etc.), não se ordenam espacialmente segundo grandes compartimentos, as regiões sobre as quais os professores de geografia proclamam a realidade, mas ao contrário se superpõem, e freqüentemente de maneira bastante complicada. É levando em consideração essas múltiplas interseções entre as configurações precisas dos diferentes fenômenos, que se pode agir mais eficazmente, pois isso permite evitar, por exemplo, aquelas que constituem obstáculo à ação que se quer empreender. No coração de uma mesma "região", lugares vizinhos e aparentemente idênticos podem, na realidade, oferecer condições bem diversas, e é o exame das configurações espaciais precisas de diferentes fenômenos que permite escolher a implantação (ou o itinerário) mais vantajosa.

O método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, sobre a observação das *interseções* dos múltiplos *conjuntos espaciais* que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas.

O que é um conjunto espacial?

A anexação do adjetivo *espacial* à palavra conjunto tem por objetivo destacar que nesse procedimento de análise, que é fundamental no verdadeiro raciocínio geográfico, a maior atenção deve ser dada, na carta, ao traçado dos limites dos diversos conjuntos levados em consideração, à configuração particular de cada um deles. Não se trata de interseções de conjuntos teóricos (o entrecruzamento das célebres "batatas" do diagrama de Venn que serve de rudimento à teoria dos conjuntos) mas de conjuntos definidos, cada qual, não somente por elementos e por suas relações, mas também pelo traçado preciso de seus contornos cartográficos particulares.

Cada um desses conjuntos não fornece mais do que um conhecimento extremamente parcial da realidade. De fato, esses conjuntos espaciais são representações abstratas, objetos de conhecimento e ferramentas de conhecimento produzidos pelas diversas disciplinas científicas. Essas, no seu esforço de

investigação da realidade, se adequam a uma espécie de divisão, mais ou menos acadêmica, do trabalho, cada uma delas privilegiando uma "instância", isto é, um modo de ver o mundo (a geologia, a climatologia, a biologia e, no que diz respeito às atividades humanas, a economia, a sociologia, a demografia, etc) a ponto de traçar da realidade uma representação que negligencia todas as outras. Mas a diversidade da realidade, na superfície do globo, não é somente a que descreve o geólogo ou a que analisa o economista: é a combinação de todas essas representações parciais que permite tomar conhecimento dela, da forma a menos imperfeita.

Cada disciplina, cada maneira de apreender a realidade, destaca as características espaciais da categoria de fenômenos que ela privilegia e traça os contornos sobre a carta: conjuntos topográficos, climáticos, vegetais, conjuntos urbanos, conjuntos étnicos, religiosos, conjuntos políticos, circunscrições administrativas, etc. Ora, é importante destacar - o que é uma evidência muitas vezes esquecida - que não existe, na maior parte das vezes, coincidência entre os contornos das diferentes espécies de conjuntos espaciais que as diversas disciplinas delimitam para uma mesma porção da superfície terrestre, o que demonstra a superposição das diversas cartas temáticas (relevo, geologia, clima, povoamento, etc.). Para examinar essas múltiplas interseções com mais precisão, podem-se superpor decalques referentes, cada qual a uma carta especializada.

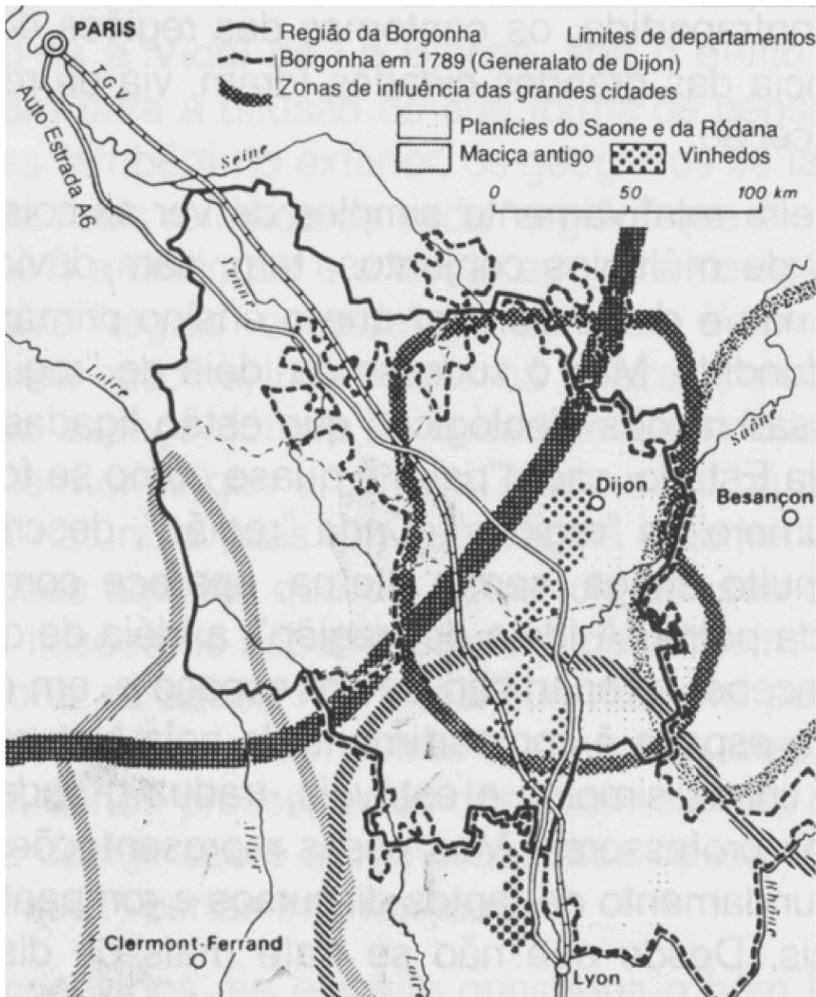
Sem dúvida, observando-se atentamente esse entrecruzamento dos contornos dos diversos conjuntos espaciais, podem-se constatar coincidências, inclusões, mas essas são bem menos a regra que a exceção e, nesse prisma, são dignas de atenção: elas confirmam uma relação de causalidade entre dois fenômenos (e às vezes mais), uma vez que, para uma certa porção do espaço terrestre, sua configuração espacial aparece como vizinha, ou idêntica. Mas tais coincidências são raras e o que há mais comumente é a interseção das configurações espaciais das diversas categorias de fenômenos que são analisados pelas diversas disciplinas científicas: geologia, climatologia, demografia, economia, etc. e isto porque o raciocínio geográfico é socialmente necessário, seja ele conduzido por geógrafos universitários, seja por homens de ação, planejadores ou estrategistas. A representação mais operacional e mais científica do espaço não é a de uma divisão simples em "regiões", em compartimentos justapostos uns aos outros, mas a de uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados.

Contudo, essa representação do espaço, já bem complexa, não é suficiente para ser operacional. Não é suficiente, de fato, raciocinar, como fizemos até agora, sobre as interseções entre as diferentes espécies de conjuntos espaciais, no âmbito de um mesmo território; é preciso também considerar suas dimensões, que podem se referir a ordens de grandeza muito diversas. Nós retomaremos a esse problema.

Os professores de geografia dedicaram tal interesse às coincidências de conjuntos espaciais estabelecidos por disciplinas diferentes, que acabaram vendo nessa correspondência, senão a regra, ao menos o único tipo de configuração espacial digno de interesse. Em vez de representar a diversidade e a complexidade do espaço terrestre como o resultado das interseções entre os múltiplos conjuntos espaciais que convém distinguir, segundo as diversas preocupações científicas, os professores de geografia forjaram e inculcaram uma representação do espaço terrestre baseada, muitas vezes, contra toda a evidência cartográfica, sobre a coincidência de contornos das diversas categorias de conjuntos.

Tal representação teve, contudo, um enorme sucesso, graças ao ensino e hoje ela é considerada uma "realidade" geográfica evidente: é a "região" de que se exalta a existência, estando assentado que cada região, tem *seu* próprio relevo, *seu* clima particular, *sua* população e *sua* economia dotadas, uma e outra, de características

específicas, bem diversas daquelas que têm as regiões vizinhas. Tal discurso, cuja função ideológica é considerável, postula que a linha que é tida como senso comum para delimitar tal "região" em relação àquelas que a contornam, seria uma demarcação fundamental, destacando da mesma forma os conjuntos espaciais levantados pela geologia, como os que decorrem da climatologia, da demografia, da economia, etc.



Um exemplo de região: a Borgonha e a interseção de alguns conjuntos espaciais que se estendem além de seus limites históricos ou administrativos atuais.

Basta examinar as cartas geológicas, climáticas, demográficas representando um espaço mais amplo que o da "região", cuja existência é alardeada em limites precisos, para se perceber que tal maneira de ver as coisas não tem qualquer fundamento científico, uma vez que os contornos dos diversos conjuntos espaciais não coincidem.

Deveras, seguindo-se a Vidal de La Blache, os professores de geografia, para afirmar a existência desta ou daquela "região", dotada cada qual, segundo os mesmos, de sua individualidade geológica, climática, demográfica, econômica, histórica, privilegiaram, sem o dizer, sem mesmo perceber, um ou dois conjuntos espaciais cujos contornos parecem coincidir, e que eram considerados, *a priori*, mais estáveis, mais importantes, mais "determinantes" ou mais dignos de interesse que outros, cujas configurações particulares muito diferentes, eram escamoteadas. Foram, freqüentemente, os contornos de conjuntos geológicos ou de antigas províncias (postulando que suas fronteiras tivessem sido estáveis) que foram

privilegiados para servir de quadro às regiões". Em contrapartida, os contornos das regiões econômicas, as áreas de influência das grandes cidades foram, via de regra, negligenciadas, salvo exceção.

Essa maneira relativamente simples de ver as coisas, pois nega as interseções de múltiplos conjuntos, tem, sem dúvida, vantagens pedagógicas, e não é de se admirar que o ensino primário e secundário a tenham difundido. Mas o sucesso da idéia de "região" traz em si também poderosas razões ideológicas que estão ligadas ao sentimento nacional: cada Estado, cada "país" é quase como se fosse a reunião de um certo número de "regiões". Cada "região", descrita como uma entidade viva muito antiga, senão eterna, aparece como um dos órgãos do corpo da pátria. A idéia de "região", a idéia de que só há uma forma de se conceber a repartição de um espaço e, em última análise, a idéia de que o espaço é compartimentado pela Natureza, por Deus, de acordo com linhas simples e estáveis, traduz o poderio ideológico da geografia dos professores. Mas essas representações tranqüilizantes, que são o fundamento de tantos discursos e rompantes líricos, não são operacionais. Desde que não se trate mais de discursos ou de manuais escolares, mas de ação, é preciso entender, para não fracassar, que as configurações do espaço são bem mais complexas que a repartição simples em grandes "regiões" da geografia dos professores.

O ESCAMOTEAMENTO DE UM PROBLEMA CAPITAL: A DIFERENCIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE ESPACIAL

Seguindo-se a Vidal de La Blache, sob o efeito das tendências que concorreram para a difusão de sua forma de pensar, não somente na França, mas também no exterior, os geógrafos se lançaram na descrição cada vez mais refinada de cada "região" que eles foram levados (como? por quê?) a distinguir e a tomar em consideração.

Sendo cada "região" considerada *um dado de evidência* (e não o resultado de uma escolha) nada mais há a fazer, parece, que observar essa porção do espaço dotada de certas peculiaridades que a tornam diferente dos territórios que a cercam. Nada mais há que ler o grande livro aberto da natureza. Mas em que página o abriremos? O geógrafo (e após ele, todos aqueles que ele influencia por seu discurso) não se preocupa com ilusões do saber imediato e da primeira experiência. Ele não se questiona se acaso não seria sua maneira pessoal de ver as coisas, a influência de seus mestres numa certa etapa de sua evolução intelectual, certos pressupostos dos quais ele não está consciente, que o levam a decidir sobre a individualidade dessa "região", isto é, a privilegiar (por quê?) certas informações.

Nessas condições, se ele não questiona o bom fundamento dos limites da "região" que estuda, ele se preocupa ainda menos com *o tamanho* do espaço, que leva em consideração, de forma monográfica. Alguns geógrafos colocam sua atenção, de preferência, sobre as pequenas "regiões", descrevem a extensão de um cantão que reagrupa algumas aldeias, enquanto outros estudam territórios